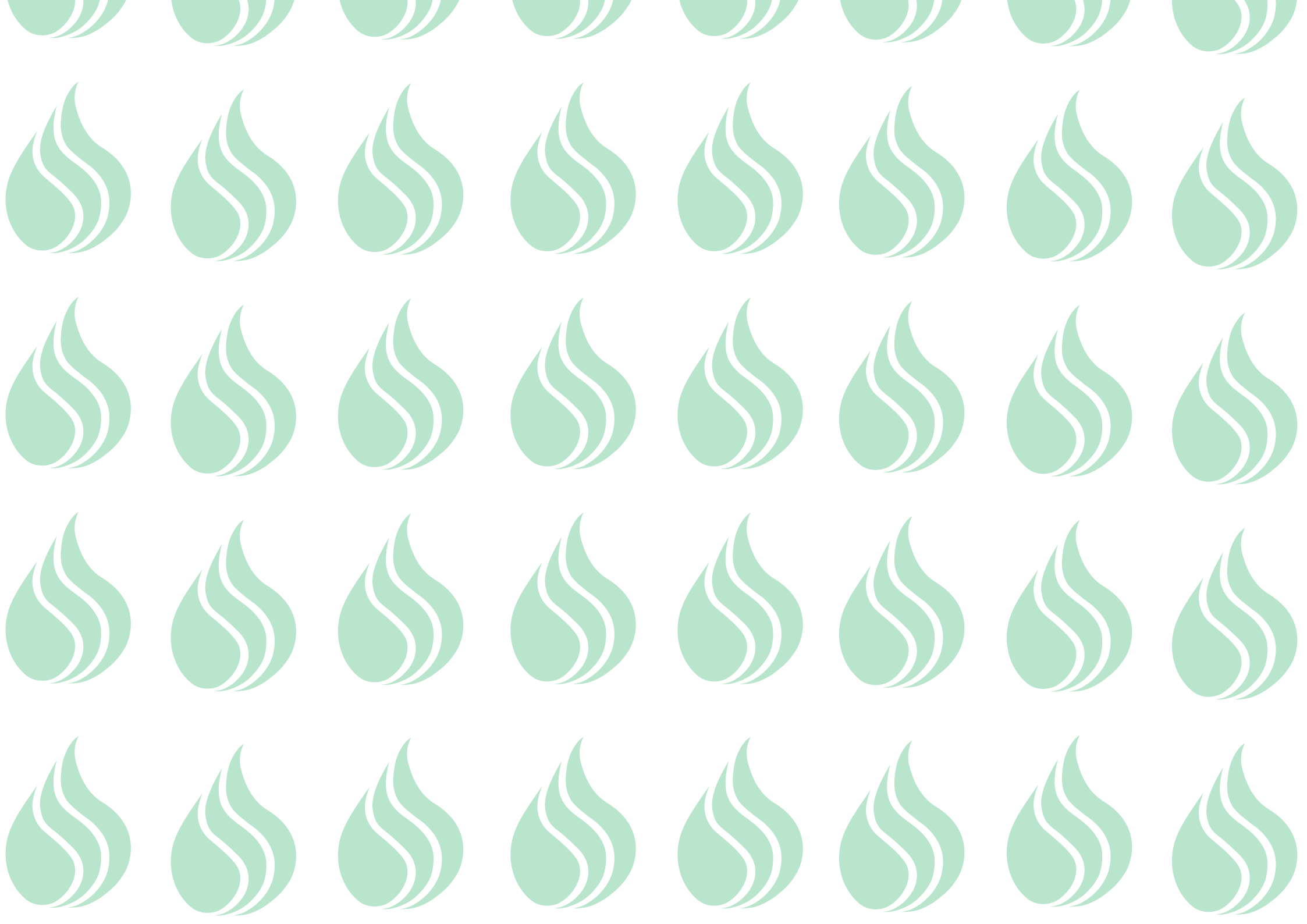


AGENDA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE O&G PARA O BRASIL



Propostas para **fortalecer a segurança energética**,
ampliar a produção nacional de petróleo e gás natural
e **promover o desenvolvimento regional**.





FICHA TÉCNICA

Presidência Executiva

Marcio Felix (EnP Energy)
Presidente

João Vitor Moreira (PetroReconcavo)
Vice-presidente

Diretoria Executiva

Alex Almeida (BW Energy)
Diretor Titular

Emiliano Gomes (PRIO)
Diretor Titular

Jorge Boeri (BRAVA Energia)
Diretor Titular

Aurélio Amaral (Eneva)
Diretor Suplente

Braulio Bastos (Trident Energy)
Diretor Suplente

Conselho Fiscal

Caetano Machado (Mandacaru Energia)
Conselheiro Titular

Leonardo Caldas (Perenco)
Conselheiro Titular

Alexandra Garchet (Origem Energia)
Conselheira Suplente

Secretaria Executiva

Lucas Mota de Lima
Gerente Executivo

Kidja Frazão
Gerente de Suporte à Gestão

José Chacon
Coordenador de Comunicação

Gabriel Caldas
Analista Regulatório

Rafaela Covra
Analista Adm. Financeiro

Gabriela Bueloni
Analista de Assuntos Corporativos

Carolina Dornelles
Analista de Regulação de Gás Natural

Bruna Albuquerque
Estagiária de Comunicação

Eduarda Ferreira
Estagiária de Conteúdo

Kleber Almeida
Analista de Dados

Simone Azevedo
Assessora de Imprensa

Marcus Deois
Assessor Parlamentar

Projeto gráfico e diagramação

José Chacon

OS PRODUTORES INDEPENDENTES NA AGENDA DOS PRESIDENCIÁVEIS

2026



Sumário

APRESENTAÇÃO	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	8
EIXOS ESTRATÉGICOS	11
COMPROMISSO PARA OS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO	17
MAPA LEGISLATIVO DE APOIO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23



1. APRESENTAÇÃO



A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP) apresenta esta Agenda como sua contribuição ao debate sobre o futuro da política energética brasileira e o papel da produção independente na promoção da segurança energética, da competitividade econômica e do desenvolvimento regional.

Fundada em 2007, a ABPIP representa as empresas independentes de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural e atua em defesa de um ambiente regulatório estável, previsível e competitivo, capaz de estimular investimentos, ampliar a produção nacional e fortalecer a indústria brasileira de petróleo e gás.

As empresas independentes exercem papel estratégico na indústria nacional ao revitalizar campos maduros e áreas de economicidade marginal, ampliar a produção de petróleo e gás natural, atrair investimentos, gerar empregos, fortalecer fornecedores locais e impulsionar o desenvolvimento das regiões produtoras. Também contribuem para a transição energética ao ampliar a oferta de gás natural e promover o aproveitamento mais eficiente dos recursos energéticos existentes.

Esta Agenda reúne propostas destinadas ao próximo Governo Federal para aperfeiçoar o ambiente regulatório, institucional e legislativo do setor, fortalecendo a segurança jurídica, a competitividade da indústria e o aproveitamento sustentável dos recursos nacionais de petróleo e gás natural, em benefício do desenvolvimento econômico e da sociedade brasileira.



2. SUMÁRIO EXECUTIVO





O Brasil reúne uma das matrizes energéticas mais diversificadas do mundo, extensas reservas de petróleo e gás natural, capacidade técnica reconhecida internacionalmente e um setor de exploração e produção altamente competitivo. Transformar esse potencial em crescimento econômico, segurança energética e desenvolvimento regional exige um ambiente regulatório moderno, previsível e eficiente, capaz de estimular investimentos e ampliar o aproveitamento sustentável dos recursos energéticos nacionais.

Nesse contexto, a produção independente ocupa posição estratégica. As empresas independentes ampliam a concorrência, diversificam o número de operadores, revitalizam campos maduros e áreas de economicidade marginal, prolongam a vida útil de ativos existentes e transformam recursos já descobertos em produção, investimentos, empregos e arrecadação para estados e municípios.

Sua contribuição é particularmente relevante nas regiões interioranas, onde a atividade petrolífera representa importante motor do desenvolvimento econômico. A continuidade da produção fortalece a cadeia de fornecedores, preserva empregos qualificados, amplia a arrecadação pública e impulsiona o desenvolvimento territorial.





O gás natural deve ocupar posição central na estratégia energética nacional. Além de reforçar a segurança do abastecimento, constitui insumo fundamental para a reindustrialização, para a competitividade da indústria, para a expansão da geração elétrica e para uma transição energética segura e economicamente sustentável. A consolidação desse mercado depende da plena implementação da Nova Lei do Gás, da ampliação do acesso às infraestruturas essenciais e da promoção de maior concorrência.

Ao mesmo tempo, o Brasil precisa enfrentar gargalos que limitam o desenvolvimento do setor, como a morosidade do licenciamento ambiental, a complexidade regulatória, a insegurança jurídica, as restrições ao acesso à infraestrutura de gás natural, a elevada carga tributária e os entraves ao aproveitamento econômico de campos maduros e pequenos acumulados.

Também é estratégico ampliar o conhecimento geológico do território nacional, incluindo a avaliação do potencial dos recursos não convencionais, sempre com base em critérios técnicos, rigor científico, monitoramento ambiental e segurança jurídica, permitindo que futuras decisões públicas sejam fundamentadas em evidências.

Produzir mais energia no Brasil significa gerar mais empregos, mais investimentos, mais competitividade e mais desenvolvimento para os brasileiros.

Fortalecer a produção nacional de petróleo e gás natural representa aumentar a segurança energética, reduzir vulnerabilidades externas, estimular a indústria, ampliar a arrecadação pública e criar oportunidades de desenvolvimento em todas as regiões produtoras.

Para isso, a ABPIP propõe que o próximo Governo Federal assuma cinco compromissos estratégicos:

1. Fortalecer a segurança energética nacional, ampliando a produção doméstica de petróleo e gás natural e promovendo maior diversidade de operadores.
2. Transformar campos maduros e áreas de economicidade marginal em instrumentos permanentes de desenvolvimento regional, preservando produção, empregos, investimentos e arrecadação.
3. Consolidar o gás natural como vetor da competitividade industrial, da reindustrialização e da interiorização do desenvolvimento, assegurando a plena implementação da Nova Lei do Gás.
4. Modernizar o ambiente de negócios, promovendo segurança jurídica, estabilidade regulatória, simplificação administrativa e maior eficiência institucional.
5. Conduzir uma transição energética pragmática e competitiva, reconhecendo o papel do petróleo e do gás natural na garantia da segurança energética e na expansão das fontes de baixa emissão.



3. EIXOS ESTRATÉGICOS



EIXO 1

Fortalecer a Segurança Energética Nacional por meio da Ampliação da Produção Doméstica

Contexto

A segurança energética constitui um dos pilares da competitividade econômica, da soberania nacional e da resiliência do país diante de crises internacionais. Embora o Brasil disponha de abundantes recursos de petróleo e gás natural e ocupe posição de destaque entre os grandes produtores mundiais, ainda existem oportunidades relevantes para ampliar a produção doméstica por meio da atuação dos produtores independentes, da revitalização de campos maduros, do desenvolvimento de pequenos acumulações e da expansão da atividade exploratória.

Fortalecer a produção nacional significa reduzir vulnerabilidades externas, aumentar a confiabilidade do abastecimento, estimular investimentos privados, preservar empregos qualificados, ampliar a arrecadação pública e assegurar maior estabilidade ao sistema energético brasileiro durante a transição para uma economia de menor intensidade de carbono.

Objetivo estratégico

Fortalecer a produção nacional de petróleo e gás natural como instrumento permanente de segurança energética, desenvolvimento econômico e aumento da resiliência do abastecimento nacional.

Diretrizes para o próximo governo

- Inserir a produção de campos maduros e de economicidade marginal como componente estratégico do planejamento energético nacional.
- Instituir uma política permanente de fortalecimento da produção doméstica de petróleo e gás natural.
- Estimular a revitalização de campos maduros, áreas de economicidade marginal e ativos subaproveitados.
- Promover maior integração entre as políticas energética, industrial, regional e de desenvolvimento tecnológico.

Resultados esperados

- Ampliação sustentável da produção nacional de petróleo e gás natural.
- Maior segurança e resiliência do abastecimento energético.
- Aumento dos investimentos privados, da geração de empregos e da arrecadação pública.
- Fortalecimento da soberania energética e da competitividade da economia brasileira.

EIXO 2

Transformar Campos Maduros e Áreas de Economicidade Marginal em Vetores Permanentes de Desenvolvimento

Contexto

Os campos maduros e as áreas de economicidade marginal constituem um patrimônio estratégico para a segurança energética, o desenvolvimento regional e a competitividade da indústria brasileira de petróleo e gás. Embora apresentem declínio natural de produção, esses ativos ainda concentram significativo potencial para ampliar a produção nacional, recuperar reservas, atrair investimentos privados, preservar empregos e fortalecer a arrecadação de royalties e tributos.

Além de sua relevância para a segurança energética, a revitalização desses ativos produz impactos econômicos expressivos nas regiões produtoras. A continuidade da produção fortalece pequenas e médias empresas da cadeia de fornecedores, preserva infraestrutura existente, estimula a qualificação profissional e amplia as oportunidades de desenvolvimento em centenas de municípios brasileiros.

Transformar a revitalização de campos maduros em uma política pública permanente representa uma oportunidade de ampliar a produção nacional utilizando infraestrutura já instalada, reduzir a intensidade de investimentos em novas fronteiras exploratórias e maximizar o aproveitamento das reservas brasileiras.

Objetivo estratégico

Instituir uma política nacional permanente para revitalização de campos maduros e áreas de economicidade marginal, promovendo um ambiente regulatório competitivo, estimulando o aumento do fator de recuperação, preservando investimentos, empregos e arrecadação e fortalecendo o desenvolvimento regional.

Diretrizes para o próximo governo

- Instituir um Programa Nacional de Revitalização de Campos Maduros e Áreas de Economicidade Marginal.
- Modernizar o marco regulatório, adotando exigências proporcionais ao porte, ao risco e à economicidade dos ativos.
- Atualizar os critérios regulatórios de classificação de campos maduros e de economicidade marginal.
- Simplificar procedimentos administrativos e aperfeiçoar os instrumentos de cessão, revitalização e transferência de ativos.
- Estimular investimentos em recuperação secundária, terciária e técnicas avançadas de aumento do fator de recuperação (EOR).
- Criar mecanismos regulatórios e tributários que incentivem o reinvestimento e prolonguem a vida útil dos ativos.
- Fortalecer a integração entre operadoras, universidades, centros de pesquisa e fornecedores de tecnologia para desenvolvimento de soluções voltadas à recuperação avançada de petróleo.

- Integrar a política energética às estratégias nacionais e estaduais de desenvolvimento regional.
- Estimular programas permanentes de qualificação profissional e fortalecimento da cadeia de fornecedores nas regiões produtoras.
- Incentivar o uso estratégico das receitas de royalties para infraestrutura, inovação, educação e diversificação econômica dos municípios produtores.

Resultados esperados

- Ampliação da produção nacional de petróleo e gás natural.
- Aumento do fator de recuperação e das reservas recuperáveis.
- Prolongamento da vida útil dos campos maduros.
- Redução do abandono prematuro de ativos economicamente viáveis.
- Maior eficiência no aproveitamento da infraestrutura existente.
- Preservação e geração de empregos qualificados.
- Fortalecimento das cadeias locais de fornecedores e da economia regional.
- Ampliação da arrecadação de royalties, tributos e participações governamentais.

EIXO 3

Gás Natural como Vetor de Competitividade, Reindustrialização e Desenvolvimento Regional

Contexto

O gás natural ocupa posição estratégica na política energética brasileira. Além de contribuir para a segurança do abastecimento, constitui insumo essencial para a competitividade da indústria, a expansão da geração elétrica, a produção de fertilizantes, a substituição de combustíveis mais intensivos em carbono e a reindustrialização do país.

A aprovação da Nova Lei do Gás representou um marco importante para a abertura e modernização do mercado brasileiro. Entretanto, a consolidação de um ambiente efetivamente competitivo ainda depende da superação de desafios regulatórios, institucionais e estruturais que limitam a expansão da oferta e do consumo.

O fortalecimento do mercado de gás natural deve ser compreendido como uma política de desenvolvimento econômico. Um mercado mais competitivo amplia a produtividade da indústria, reduz custos energéticos, atrai investimentos, estimula novos polos industriais, favorece a interiorização do desenvolvimento e fortalece a segurança energética nacional.

Objetivo estratégico

Consolidar um mercado de gás natural aberto, competitivo e integrado, por meio da plena implementação da Nova Lei do Gás, da ampliação da concorrência, da garantia de acesso às infraestruturas essenciais e da integração do gás natural às estratégias nacionais de desenvolvimento industrial, segurança energética e desenvolvimento regional

Diretrizes para o próximo governo

- Implementar integralmente a Nova Lei do Gás, assegurando a efetiva abertura do mercado e a livre concorrência.
- Garantir acesso transparente, isonômico e não discriminatório às infraestruturas essenciais de escoamento, processamento, transporte, estocagem e terminais.
- Harmonizar a regulamentação federal e estadual, promovendo maior integração entre os mercados de gás canalizado.
- Estimular investimentos na expansão da infraestrutura de gás natural, especialmente em regiões ainda não atendidas.
- Incentivar o aproveitamento comercial do gás produzido por operadores independentes, reduzindo barreiras técnicas, regulatórias e econômicas.
- Promover a interiorização do consumo de gás natural, ampliando sua utilização nos setores industrial, comercial, agroindustrial, elétrico e de transportes.

- Integrar o gás natural às políticas de reindustrialização, desenvolvimento regional, fertilizantes, hidrogênio de baixa emissão e transição energética.
- Estimular novos modelos de comercialização, incluindo mercados livres, contratos flexíveis e mecanismos que ampliem a liquidez do setor.

Resultados esperados

- Ampliação da oferta nacional de gás natural.
- Redução dos custos energéticos para a indústria brasileira.
- Maior concorrência e eficiência no mercado de gás.
- Aproveitamento econômico de maiores volumes de gás atualmente subutilizados.
- Estímulo à reindustrialização e ao aumento da competitividade da economia.
- Interiorização do desenvolvimento econômico e industrial.
- Fortalecimento da segurança energética nacional.



EIXO 4

Competitividade Institucional, Segurança Jurídica e Modernização do Ambiente de Negócios

Contexto

O potencial energético brasileiro somente se converterá em investimentos, produção, empregos e desenvolvimento se estiver inserido em um ambiente institucional capaz de oferecer estabilidade, previsibilidade e confiança aos investidores.

A competitividade da indústria de petróleo e gás depende não apenas da qualidade dos recursos geológicos, mas também da segurança jurídica, da eficiência regulatória, da estabilidade das políticas públicas, da qualidade das instituições, de um sistema tributário racional e de processos administrativos céleres e proporcionais aos riscos das atividades.

Os investimentos em exploração e produção possuem ciclos de maturação que frequentemente superam duas décadas. Nesse contexto, alterações frequentes nas regras, elevada complexidade regulatória, morosidade dos processos administrativos, insegurança jurídica e custos de conformidade desproporcionais aumentam o risco dos investimentos, elevam o custo de capital e reduzem a atratividade do Brasil.

Também merecem atenção a necessidade de fortalecer institucionalmente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), modernizar o licenciamento ambiental,

aperfeiçoar a governança regulatória e assegurar que alterações tributárias sejam conduzidas com previsibilidade e avaliação de seus impactos econômicos.

Construir um ambiente de negócios competitivo significa fortalecer as instituições, reduzir custos regulatórios, simplificar procedimentos, aumentar a transparência, preservar a estabilidade das regras e oferecer maior segurança jurídica aos investimentos de longo prazo.

Objetivo estratégico

Consolidar um ambiente institucional moderno, eficiente, previsível e competitivo para a indústria brasileira de petróleo e gás natural, fortalecendo a segurança jurídica, a qualidade regulatória, a atuação das instituições públicas e a atratividade dos investimentos

Diretrizes para o próximo governo

- Modernizar o licenciamento ambiental, promovendo maior previsibilidade, proporcionalidade ao risco dos empreendimentos e integração entre os órgãos licenciadores.
- Implementar uma agenda permanente de simplificação regulatória, reduzindo custos de conformidade, eliminando exigências redundantes e ampliando a digitalização dos processos administrativos.
- Fortalecer institucionalmente a ANP, assegurando autonomia técnica, recomposição de seu quadro de pessoal, maior capacidade operacional, transparência e redução dos prazos decisórios.

- Aperfeiçoar a governança regulatória por meio de agendas regulatórias previsíveis, análises de impacto regulatório e ampliação da participação dos agentes do setor nas consultas públicas.
- Promover um ambiente tributário estável, competitivo e compatível com a economicidade dos ativos, evitando alterações abruptas que comprometam investimentos de longo prazo.
- Avaliar mecanismos tributários e regulatórios que preservem a viabilidade econômica de campos maduros, marginais e de pequena produção.
- Fortalecer a segurança jurídica mediante respeito aos contratos, estabilidade das regras, adequada transição entre mudanças regulatórias e maior coordenação entre Executivo, Legislativo, agências reguladoras e órgãos de controle.
- Estimular a melhoria contínua do ambiente de negócios como política permanente de Estado, orientada pelos princípios da eficiência, previsibilidade, transparência e segurança jurídica.

Resultados esperados

- *Maior segurança jurídica e previsibilidade regulatória.*
- *Redução dos custos administrativos e regulatórios.*
- *Fortalecimento institucional da ANP e melhoria da governança regulatória.*
- *Ambiente tributário mais competitivo e compatível com a realidade da produção independente.*
- *Ampliação dos investimentos privados e da competitividade internacional do Brasil.*
- *Preservação da produção nacional, dos empregos, da arrecadação e da segurança energética.*
- *Consolidação de um ambiente de negócios moderno, transparente e atrativo para investimentos de longo prazo.*

EIXO 5

Conhecimento Geológico e Avaliação dos Recursos Não Convencionais

Contexto

O Brasil possui um potencial geológico ainda pouco conhecido para recursos não convencionais de petróleo e gás natural. A ausência de informações técnicas limita o planejamento energético de longo prazo e reduz a capacidade do país de avaliar alternativas para ampliar sua segurança energética e competitividade.

A produção de conhecimento sobre esses recursos deve ocorrer com base em critérios científicos, segurança jurídica, transparência e elevados padrões de proteção ambiental. Antes de qualquer decisão sobre eventual desenvolvimento comercial, é necessário ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio de pesquisas, projetos-piloto e monitoramento ambiental.

Objetivo estratégico

Promover uma política nacional de avaliação dos recursos não convencionais, baseada em evidências científicas, pesquisa aplicada, projetos-piloto e segurança jurídica, ampliando o conhecimento sobre o potencial energético brasileiro.

Diretrizes para o próximo governo

- Instituir um programa nacional de avaliação dos recursos não convencionais.
- Autorizar projetos-piloto em áreas com potencial geológico, sob critérios técnicos e rigoroso monitoramento ambiental.
- Fortalecer a cooperação entre governo, universidades, centros de pesquisa e setor produtivo.
- Assegurar estabilidade regulatória e segurança jurídica para as atividades de pesquisa e avaliação.

Resultados esperados

- Ampliação do conhecimento geológico nacional.
- Formulação de políticas públicas baseadas em evidências.
- Maior segurança jurídica para investimentos em pesquisa.
- Identificação de novas oportunidades para ampliar a oferta nacional de gás natural.
- Geração potencial de investimentos, empregos e desenvolvimento regional.



4.

COMPROMISSOS PARA OS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO



Os desafios estruturais da indústria de petróleo e gás exigem uma agenda de implementação imediata, capaz de restabelecer a confiança dos investidores, ampliar a competitividade da produção nacional e fortalecer a segurança energética do país.

Nesse contexto, a ABPIP propõe que o próximo Governo Federal assuma, nos primeiros 100 dias de mandato, nove compromissos prioritários, voltados à modernização do ambiente regulatório, ao estímulo à produção independente e ao fortalecimento da indústria brasileira de petróleo e gás natural.

1. Instituir um Programa Nacional de Revitalização de Campos Maduros e de Economicidade Marginal

Lançar programa coordenado entre União, ANP e demais órgãos públicos para ampliar investimentos, prolongar a vida útil dos ativos, aumentar o fator de recuperação e preservar empregos, arrecadação e desenvolvimento regional.

2. Acelerar a implementação da Nova Lei do Gás

Priorizar ações para ampliar a concorrência, garantir acesso não discriminatório às infraestruturas essenciais, harmonizar regulações estaduais e estimular a expansão do mercado consumidor de gás natural.

3. Desenvolver um Programa Nacional de Avaliação de Recursos Não Convencionais

Promover o conhecimento do potencial geológico nacional por meio de avaliação técnica, projetos-piloto, monitoramento ambiental e segurança jurídica, de forma a subsidiar decisões públicas baseadas em evidências.

4. Aperfeiçoar o Ambiente de Negócios e a Segurança Jurídica do Setor

Modernizar o licenciamento ambiental, simplificar exigências regulatórias, fortalecer a capacidade institucional da ANP e promover condições tributárias compatíveis com a realidade dos ativos.

5. Criar um Grupo Interministerial para Modernização do Licenciamento Ambiental

Instituir grupo permanente, com participação dos órgãos ambientais, setor produtivo e sociedade civil, para propor medidas de simplificação, harmonização e maior previsibilidade dos processos de licenciamento, preservando elevados padrões de proteção ambiental.

6. Fortalecer institucionalmente a ANP

Recompor o quadro técnico da Agência, assegurar estabilidade regulatória, reduzir prazos decisórios e fortalecer os mecanismos de diálogo com os agentes da indústria.

7. Lançar um Programa Nacional de Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores

Integrar políticas industriais, de inovação e qualificação profissional para fortalecer fornecedores nacionais, ampliar o conteúdo local competitivo e gerar empregos nas regiões produtoras.

8. Integrar Petróleo e Gás à Estratégia Nacional de Transição Energética

Reconhecer o papel do petróleo e do gás natural na segurança energética, na competitividade industrial e na redução da dependência externa durante o processo de transição para uma economia de menor intensidade de carbono.

9. Instituir um Fórum Permanente de Diálogo entre Governo e Indústria

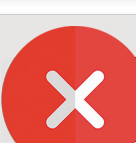
Criar mecanismo institucional de diálogo entre Governo Federal, reguladores, estados, municípios e setor produtivo para acompanhar a implementação desta agenda, identificar entraves regulatórios e construir soluções consensuais para o desenvolvimento da indústria.



5. MAPA LEGISLATIVO DE APOIO

Proposição	Tema	Pleito da Abpip	Fundamentação
PL 3652/2026	Marco Regulatório dos Campos Maduros, de Economicidade Marginal e Microcampos	 Aprovar	Consolida um marco legal específico para os produtores independentes, amplia a segurança jurídica, simplifica a regulação, incentiva investimentos e prolonga a vida útil dos campos maduros.
PL 4663/2016	Regime regulatório para Campos de Economicidade Marginal	 Aprovar	Estabelece tratamento regulatório diferenciado, fortalece a continuidade operacional e permite redução de royalties para aumentar a viabilidade econômica dos ativos.
PL 1935/2019	Proibição do Fraturamento Hidráulico (Fracking)	 Rejeitar	Restringe o desenvolvimento dos recursos não convencionais, reduz o potencial de produção de gás natural e desconsidera o atual arcabouço regulatório e tecnológico.
VET 7/2025	Imposto Seletivo sobre Exportações	 Defendar a derrubada do veto	Preserva a neutralidade tributária das exportações, evita aumento da carga tributária sobre o petróleo e mantém a competitividade internacional do setor.
PLP 267/2025	Não incidência do Imposto Seletivo nas Exportações	 Aprovar	Reforça o princípio da não exportação de tributos e garante maior competitividade às exportações brasileiras de petróleo e gás.
PL 1591/2025	Desoneração de PIS/ Cofins sobre serviços vinculados à exportação	 Aprovar	Reduz custos logísticos e operacionais das exportações, fortalecendo a competitividade dos produtores nacionais.

Proposição	Tema	Pleito da Abpip	Fundamentação
PL 399/2025	Taxa de Fiscalização da ANP	 Acompanhar e buscar melhorias	A criação de nova taxa e alterações regulatórias podem aumentar custos para os produtores independentes e devem observar proporcionalidade e segurança jurídica.
PL 2267/2019	Revogação do Repetro-Sped	 Rejeitar	Eleva a carga tributária, reduz a atratividade de investimentos e compromete a competitividade do setor de exploração e produção.
PL 1470/2019	Royalties e Calendário de Licitações	 Rejeitar	O projeto apresenta “vício de origem” ao alterar integralmente seu objeto, sendo inadequado como instrumento legislativo.
PL 5594/2019	Vedação da dedutibilidade de royalties	 Rejeitar	Aumenta a carga tributária ao impedir a dedução de um custo inerente à atividade de exploração e produção.
PL 4372/2025	Banco de Bonificações de Conteúdo Local	 Aprovar	Incentiva investimentos e fortalece a indústria nacional, desde que sejam previstas salvaguardas para preservar a isonomia entre grandes operadoras e produtores independentes.
PL 5852/2025	Bonificações de Conteúdo Local	 Aprovar	Amplia instrumentos de incentivo ao conteúdo local, mas requer regras que garantam equilíbrio concorrencial e transparência na utilização dos créditos.

Proposição	Tema	Pleito da Abpip	Fundamentação
PL 9302/2017	Conteúdo Local Obrigatório	 Rejeitar	Engessa a política de conteúdo local ao fixar percentuais em lei, reduzindo a flexibilidade regulatória e aumentando os custos para produtores independentes.
PDL 758/2025	Sustação da Resolução CONAMA nº 510/2025	 Aprovar	Evita novos entraves regulatórios relacionados ao CAR e contribui para maior previsibilidade e racionalidade no licenciamento ambiental.
PL 4623/2019	Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga	 Rejeitar	Cria sobreposição normativa e novas restrições ambientais que podem comprometer a viabilidade de projetos de exploração e produção, especialmente no onshore.
PL 3834/2025	Alterações na Lei Geral do Licenciamento Ambiental	 Rejeitar	Reabre discussões já concluídas pelo Congresso, reduz a estabilidade regulatória e aumenta a insegurança jurídica para novos investimentos.
PL 5802/2025	Desconcentração do Mercado de Gás Natural	 Aprovar	Favorece a abertura do mercado, amplia a concorrência e facilita a monetização da produção dos produtores independentes.
PDL 264/2026	Sustação das Portarias do LRCAP 2026	 Rejeitar	A sustação pode comprometer investimentos em infraestrutura de gás natural e reduzir a previsibilidade regulatória necessária ao desenvolvimento do setor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Brasil reúne condições únicas para consolidar uma política energética capaz de promover crescimento econômico, desenvolvimento regional, segurança energética e competitividade industrial. Poucos países dispõem, simultaneamente, de abundantes reservas de petróleo e gás natural, uma matriz elétrica predominantemente renovável, capacidade técnica reconhecida internacionalmente e uma indústria de exploração e produção consolidada.

Aproveitar plenamente esse potencial exige um ambiente institucional estável, previsível e competitivo, capaz de atrair investimentos de longo prazo, estimular a inovação, ampliar a produção nacional e assegurar o aproveitamento eficiente dos recursos energéticos do país. Mais do que uma agenda setorial, trata-se de uma agenda de desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, a produção independente de petróleo e gás natural desempenha papel estratégico. Ao revitalizar campos maduros, desenvolver áreas de menor porte, ampliar a produção terrestre, fortalecer a oferta de gás natural e interiorizar investimentos,

os produtores independentes geram benefícios que extrapolam a indústria: preservam empregos qualificados, fortalecem cadeias produtivas, ampliam a arrecadação de royalties e tributos, dinamizam economias regionais e contribuem para a segurança do abastecimento energético.

As propostas apresentadas nesta Agenda buscam aperfeiçoar o ambiente regulatório, fortalecer as instituições, ampliar a competitividade da indústria brasileira e criar condições para que o setor continue contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se de uma agenda orientada por princípios de segurança jurídica, previsibilidade regulatória, eficiência administrativa, responsabilidade ambiental e racionalidade econômica.

A ABPIP coloca-se à disposição do próximo Governo Federal, do Congresso Nacional, das agências reguladoras e dos demais Poderes da República para contribuir tecnicamente com a construção e implementação dessa agenda. O diálogo permanente entre poder público, setor produtivo,

comunidade científica e sociedade será fundamental para transformar o potencial energético brasileiro em prosperidade compartilhada.

Mais do que um conjunto de propostas, esta Agenda representa um compromisso com uma política energética moderna, estável e orientada para resultados. Uma política que reconheça a produção independente como parte da solução para os desafios do país e que transforme os recursos energéticos brasileiros em mais investimentos, inovação, empregos, desenvolvimento regional e qualidade de vida para a população.

Produzir energia no Brasil, com segurança jurídica, responsabilidade ambiental e desenvolvimento regional, é uma agenda de interesse nacional.





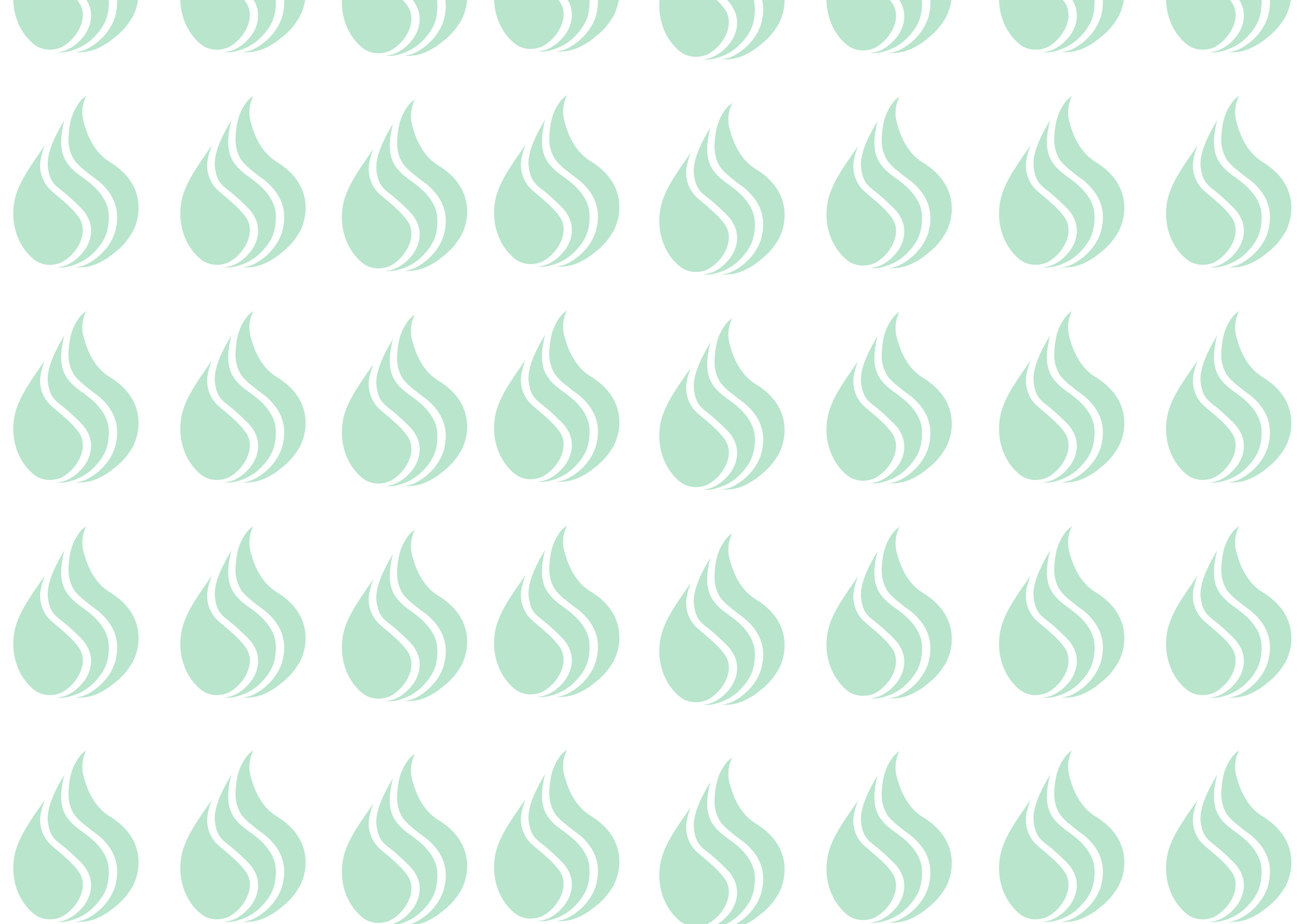
Associação Brasileira dos
Produtores Independentes
de Petróleo e Gás

20
26

www.abpip.org.br

secretaria@abpip.org.br

Av. Almirante Barroso, 52 - Centro, Rio de Janeiro/RJ
10º andar, sala 1002
CEP: 20.031-918





abpip

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS
PRODUTORES INDEPENDENTES
DE PETRÓLEO E GÁS